

GESTÃO

# GESTÃO DEVE BUSCAR AMBIENTE ESCOLAR QUE ACOLHE DIVERSIDADE SEXUAL

1

» CNE aprova uso de nome social por travestis e transexuais nas escolas de Educação Básica

2

» Decisão contribui para construção de valores como respeito à diversidade e tolerância

3

» Ambiente escolar hostil compromete desempenho e leva a evasão

No dia 12 de setembro de 2017, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou por unanimidade parecer que autoriza a utilização do nome social por estudantes travestis e transexuais em escolas da Educação Básica; o documento segue para homologação do Ministério da Educação. O “nome social” é a designação pelo qual se identificam e são socialmente reconhecidos. De acordo com levantamento realizado pelo próprio CNE, 24 secretarias estaduais já regulamentaram a adoção de nome social por alunos maiores de idade. Com o parecer, estende-se essa possibilidade àqueles com menos de 18 anos, mediante autorização dos pais ou responsáveis.

Nos casos de não consentimento, o texto determina que “o menor deve ser orientado sobre a possibilidade de recorrer à Defensoria Pública a fim de obtenção de autorização judicial, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente”.

## O QUE DIZEM AS LEIS

Embasam legalmente a decisão do CNE:

▪ **a Constituição Federal (artigos. 1º, 3º, 5º e 206):** sublinha a essencialidade da “dignidade da pessoa humana”; que é objetivo fundamental do país “promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” e que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos seguintes termos: a lei punirá qualquer discriminação

atentatória dos direitos e liberdades fundamentais”.

▪ **o ECA (art.3º):** determina que “a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral (...) assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade”.

▪ **a Lei de Diretrizes e Bases (art. 3º):** assinala que dentre os “princípios e fins da educação” fulguram: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância.

## CONTEXTO DE VIOLÊNCIAS

A possibilidade de adoção do nome social por estudantes travestis e transexuais nas escolas é simbólica no atual contexto sociopolítico do País, marcado pela intolerância. A decisão representa um passo importante para construção de um espaço escolar que efetivamente assegure o direito à educação. O parecer destaca que “avolumam-se as estatísticas de violência e abandono da escola em função de bullying, assédio, constrangimento, preconceito, suicídio e outras formas de violência”.

Dados de uma pesquisa divulgada pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) em 2016 dialogam com essa afirmação. Responderam ao questionário on-line do levantamento 1.016 estudantes de 13 a 21 anos que se identificavam como lésbicas, gays, bissexuais, travestis ou transexuais (LGBT) de todos os estados do País e Distrito Federal, com exceção do Tocantins. 73% afirmaram ter sido agredidos verbalmente e 36%, agredidos fisicamente.

O silêncio da escola sobre as questões LGBT não contribui para o enfrentamento do problema. Segundo a mesma pesquisa, mais da metade dos respondentes (56,9%) declarou que o tema não é abordado em sala de aula e 16,7% relatou que o tema foi tratado de forma negativa.

Outro estudo, intitulado “Juventudes na escola, sentidos e buscas”, realizado pela Flacso Brasil, Organização dos Estados Ibero-americanos e Ministério da Educação, em 2015, perguntou a 8.283 alunos entre 15 e 29 anos do Ensino Médio qual pessoa não gostariam de ter como colega. Para 19% dos jovens participantes, o tipo de estudante que eles mais rejeitam como colegas são os travestis, homossexuais, transexuais e transgêneros.

Vale destacar aqui que a hostilidade existente nas escolas contra estudantes travestis e transexuais é um reflexo do que ocorre na sociedade brasileira. Segundo relatório da ONG Transgender Europe (TGEu) divulgado em novembro de 2016, o Brasil lidera o ranking de países com mais registros de homicídios de travestis e transexuais: foram ao menos 868 assassinatos nos últimos oito anos.

## DIREITO NEGADO

Esse cenário escolar pouco acolhedor para adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) tem impactos negativos



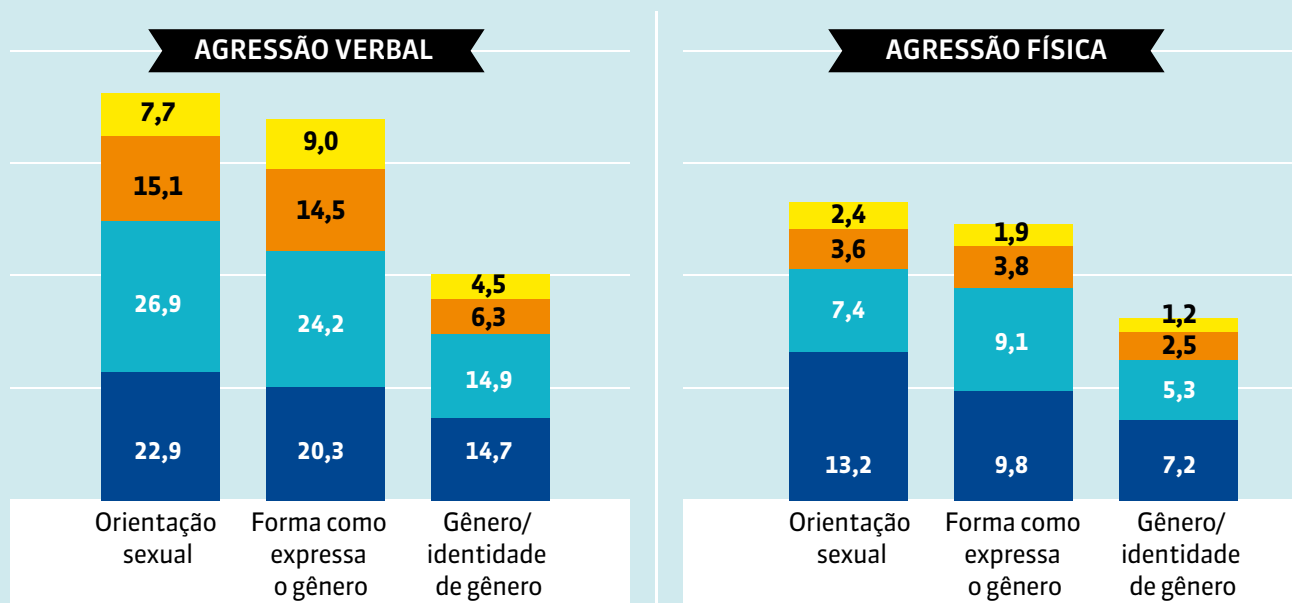
## GLOSSÁRIO

**Transexual:** Pessoa que possui uma identidade de gênero (isto é, como ela se reconhece: homem, mulher ou nenhum dos dois) diferente do sexo designado no nascimento.

**Travesti:** Pessoa que nasce do sexo masculino ou feminino, mas que tem sua identidade de gênero oposta ao seu sexo biológico, assumindo papéis de gênero diferentes daquele imposto pela sociedade.

## FREQUÊNCIA DAS AGRESSÕES NA ESCOLA DURANTE O ANO PASSADO

● Quase sempre    ● Frequentemente    ● Às vezes    ● Raramente



Fonte: Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional 2016, ALGBT. Amostra: 1.016 estudantes de 13 a 21 anos que se identificavam LGBT de todos os estados do País e DF, exceto TO.

sobre a autoestima e o sentimento de pertencimento à escola, levando ao baixo desempenho e à evasão.

Uma gestão pautada pelo princípio da equidade deve estar atenta a episódios de LGBTfobia no espaço escolar, buscando assegurar o direito à educação de todos e todas estudantes. É importante que o gestor esteja atento ao clima escolar, envolvendo professores, estudantes e funcionários na construção de um ambiente que favoreça a aprendizagem, a convivência respeitosa e a valorização da diversidade. (Para saber mais sobre clima escolar, acesse as edições [4](#), [13](#), [23](#) e [29](#))

Um dos recursos-chave destacado pela pesquisa da ABGLT para promoção de uma escola mais saudável para esses estudantes é a inclusão no regimento escolar de dispositivos que informem quais os procedimentos adotados em resposta a incidentes envolvendo agressões e violência. É importante que seja mencionada a questão da orientação sexual ou identidade/expressão de gênero, sinalizando que a violência contra os estudantes LGBT não é tolerada pela instituição. O documento também serve para orientar professores e demais funcionários da escola sobre como intervir em casos de bullying e violência.

O estudo destaca ainda que o combate à discriminação passa também pela sala de aula. A promoção do respeito à diversidade sexual deve estar contemplada nos conteúdos curriculares e é fundamental que a gestão assegure que o tema seja discutido nos momentos de planejamento pedagógico.

Uma terceira recomendação da pesquisa é que a existência de profissionais acolhedores nas escolas (gestão, equipe pedagógica ou outros funcionários) também contribui para que os adolescentes e jovens LGBT se sintam bem. E esse foi um dado positivo constatado na pesquisa da ABGLT. Cerca de quatro em cada 10 estudantes participantes do levantamento afirmaram ter pelo menos seis professores/funccionários na escola com quem podiam contar.

## EXPERIÊNCIAS POSITIVAS

Apesar do elevado percentual de agressões físicas e verbais nas escolas relatados pelos estudantes LGBT, existem nas escolas diversas iniciativas, liderados pela gestão, pelos professores ou pelos próprios alunos que podem inspirar outras ações de combate à discriminação.

Na Escola de Educação Básica Coronel Antonio Lehmkuhl, em Águas Mornas (SC), o diretor João Francisco Marques Neto encampou em 2013 um projeto proposto por uma professora de Língua Portuguesa sobre diversidade sexual e igualdade de gênero. Aos poucos outros docentes foram envolvidos na ação e em 2016 a iniciativa foi expandida para toda a escola. Foram realizadas oficinas com estudantes desde o 6º ano do Ensino Fundamental até o 3º ano do Ensino Médio com foco no combate à violência motivada pela orientação sexual. Para o diretor, os resultados do projeto são visíveis nas relações entre os alunos. “A quantidade de alunos que comparecem à secretaria porque ‘fulano chamou disso’ ou ‘fez piadinha’ diminuiu muito. A escola está mais aberta a entender o diferente”, conta. “O trabalho todo, por mais que tenha sido bastante voltado para a questão de gênero, refletiu em todos os tipos de preconceito e bullying que podem haver na escola”.

Na Escola Estadual de Ensino Profissionalizante Manuel Abdias Evangelista, situada em Nova Russas (CE), comentários preconceituosos por parte de alguns professores incomodaram os estudantes e levaram o grêmio a se mobilizar em torno da questão. Foi realizado um debate sobre gênero na escola, durante o horário de almoço, abordando temas como machismo, participação das mulheres nos espaços. “Na escola existem diferenças e elas precisam ser respeitadas”, afirma Ray Kenner Alcantara da Silva, estudante e presidente do grêmio da escola. Ele relata que, após a ação, a diretora alterou o nome de um aluno transexual no diário. “Os professores tiveram que acatar e respeitar porque era a maneira como ele se via”, conta. “Depois disso, os estudantes se empoderaram, souberam como se defender e o seu papel na escola”, pensa.

Conforme bem observa o CNE no parecer,

**“Se o nome social não aplaca todos os problemas de violência e discriminação na educação brasileira, acena para um mínimo de respeito à diversidade sexual e à promessa de uma educação com menos evasão”.**

As experiências apresentadas acima sinalizam que a decisão do CNE foi acertada.



### PARA SABER MAIS

- **Assim se faz um escola acolhedora** (reportagem), Gestão Escolar (2016): [bit.ly/EscolaAcolhedora](http://bit.ly/EscolaAcolhedora)
- **Discriminação rouba de transexuais o direito ao estudo** (reportagem), Correio Braziliense: [bit.ly/EspecialEducacaoTransexuais](http://bit.ly/EspecialEducacaoTransexuais)
- **Guia de gênero e sexualidade para educadores**, Viração (2017): [conteudo.viracao.org/guia-de-genero-e-sexualidade-para-educadores](http://conteudo.viracao.org/guia-de-genero-e-sexualidade-para-educadores)
- **Juventudes na escola, sentidos e buscas: Por que frequentam?**, Flacso Brasil/OEI/MEC (2015): [bit.ly/JuventudesnaEscola](http://bit.ly/JuventudesnaEscola)
- **Pesquisa Nacional sobre Ambiente Educacional no Brasil 2016**, ABGLT (2016): <http://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/08/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>
- **Por que o MEC estuda adotar o nome social para alunos trans no ensino básico**, Nexo Jornal (set/2017): [bit.ly/NomeSocialNexo](http://bit.ly/NomeSocialNexo)

**Aprendizagem em Foco** é uma publicação quinzenal produzida pelo Instituto Unibanco. Tem como objetivo adensar as discussões sobre o contexto educacional brasileiro, a partir de pesquisas, estudos e experiências nacionais e internacionais.

Cadastre-se em [bit.ly/AprendizagemFocoCadastro](http://bit.ly/AprendizagemFocoCadastro) e receba o boletim Aprendizagem em Foco.

Para fazer algum comentário, envie um e-mail para: [instituto.unibanco@institutounibanco.org.br](mailto:instituto.unibanco@institutounibanco.org.br)

Para ler as edições anteriores, acesse: [bit.ly/edicoesAprendizagemFoco](http://bit.ly/edicoesAprendizagemFoco)

**Produção editorial:** Redação e edição Fabiana Hiromi e Antonio Gois;  
**Projeto gráfico e diagramação** Estúdio Kanno; **Edição de arte** Fernanda Aoki

